

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim dos meses de dezembro/2007 e janeiro/2008 vamos apresentar uma nota sobre retomada do crescimento econômico em 2007, indicadores econômicos do mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

ÍNDICE

Boletim de Conjuntura – Dezembro/2007 e Janeiro/2008

José Calixto Ramos – Presidente

Karla Cristina da Costa Braz - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte - CEP:

70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

E-mail: cnti@cnti.org.br **Site:** www.cnti.org.br

RETOMADA DO CRESCIMENTO

I - ECONÔMICO EM 2007 E AS TENDÊNCIAS
DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

II - INDICADORES ECONÔMICOS

III - DESEMPENHO SETORIAL

Entre em contato conosco pelo e-mail:

sucnti@dieese.org.br

1 – RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO EM 2007 E AS TENDÊNCIAS DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

A melhora no cenário econômico observada em 2007 vem repercutindo no ambiente da negociação coletiva. Em que pese a crescente conquista de aumentos reais, a agenda de negociações permanece contaminada pela memória inflacionária. Há indícios de uma mudança na estratégia patronal frente a esta conjuntura, cujas movimentações apontam para tentativa de enfraquecer a participação dos sindicatos no processo de negociação. O texto a seguir traz Informações sobre o desempenho da economia em 2007 e especula sobre as tendências atuais e futuras da negociação coletiva no Brasil.

A melhora dos indicadores econômicos

O ano de 2007 foi caracterizado por um vigoroso crescimento da economia brasileira impulsionado particularmente pelo dinamismo do mercado interno. O volume geral de vendas no comércio, por exemplo, cresceu acima de 13% no ano, puxado por fatores como: aumento do emprego; recuperação da renda; expansão do crédito; câmbio abaixo de R\$ 2 e crescimento da massa salarial. O câmbio, ao mesmo tempo em que se constituiu em um grande problema para as contas externas, acabou auxiliando na expansão do consumo e no próprio controle da inflação, especialmente no que se refere aos bens de consumo fabricados com itens importados.

O Produto Interno Bruto (PIB) vem crescendo a 23 trimestres consecutivos e, nos primeiros nove meses do ano, subiu 5,7% em relação a igual período de 2006, impulsionado, principalmente, pela demanda doméstica (consumo das famílias, governo e investimento do setor privado), que aumentou mais de 6%.

A expansão do crédito tem desempenhado um papel fundamental neste processo, tanto pelos prazos mais longos oferecidos pelo comércio, quanto pelo seu barateamento, que se tornou possível devido à manutenção da inflação em patamares baixos. O aumento na concessão de crédito no Brasil injetou R\$ 148,2 bilhões na economia entre os meses de janeiro e outubro do ano passado. O saldo dos empréstimos concedidos pelo sistema financeiro chegou a R\$ 880,8 bilhões em outubro, com alta de 20,2% em relação à dezembro de 2006. O volume de crédito disponível já equivale a 34% do PIB, nível mais alto nos últimos 12 anos, e continua crescendo neste início de ano.

O aquecimento da demanda interna tem possibilitado uma expansão contínua da indústria de transformação puxada pelo consumo de bens de capital, que cresceu 17,2% até outubro, na comparação com 2006. Estes investimentos em máquinas e equipamentos são fundamentais tanto porque aumentam a capacidade de produção da indústria, garantindo a oferta futura quanto porque têm elevado a produtividade, cujo aumento foi de 4,3% no terceiro trimestre. É esperado que a produtividade da indústria de transformação continue a crescer em 2008, visto que boa parte dos investimentos ainda está em processo de maturação. A situação atual da indústria combina alta da produção com aumento simultâneo do emprego e do volume de horas pagas.

A construção civil também mostra um desempenho favorável neste ano, ainda que não tão positivo como o do consumo aparente de máquinas e equipamentos. No terceiro trimestre, a produção de insumos típicos da construção civil aumentou 5% em relação ao mesmo período do ano passado. As perspectivas de crescimento daqui pra frente são ainda mais positivas, já que os fatores que impulsionam o segmento - oferta de crédito a juros mais baixos e prazos maiores, aumento de renda, incentivos fiscais e as obras de infra-estrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - ainda não exerceram pleno efeito sobre a economia.

Os indicadores positivos da produção têm reflexos no mercado formal de trabalho que, entre janeiro e novembro, gerou 1.600 mil postos, ultrapassando o desempenho de 2004, quando o país teve a ampliação de 1.523.276 empregos.

A melhora dos indicadores econômicos tem elevado significativamente o lucro das empresas. As de capital aberto, nos primeiros nove meses de 2007, apresentaram lucro líquido 45,6% maior do que no mesmo período de 2006. As empresas também estão investindo mais: os pedidos de financiamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), entre janeiro e novembro, atingiram R\$ 133 bilhões, um aumento de 30% em relação a 2006. Os pedidos de financiamento ao BNDES têm ocorrido em um ritmo somente comparável ao verificado na década de 1970.

O crescimento do mercado interno é estratégico para o Brasil porque todas as evidências apontam para uma forte desaceleração da economia dos Estados Unidos neste ano, com grande possibilidade de recessão. Portanto, é possível que economias que dependam mais do dinamismo internacional percam ritmo em 2008. É verdade que os EUA têm hoje bem menos importância como destino das exportações brasileiras e que países como a Argentina e a China, por outro lado, ganharam espaço no bolo de exportações do Brasil. Mas se houver uma retração mais forte da principal economia do planeta, que reduza significativamente o ritmo de expansão de países como a China, é certo que o Brasil acabaria por sofrer mais, pagando o preço em termos de crescimento mais fraco e exportações menores.

Um fator importante são as reservas internacionais, que somam mais de US\$ 185 bilhões e devem atingir US\$ 200 bilhões no primeiro trimestre de 2008. O nível atual das reservas é quase equivalente à dívida externa total pública e privada (de cerca de US\$ 185 bilhões em maio último). De qualquer forma, os bons resultados da economia brasileira não devem minimizar o problema da supervalorização

cambial. As importações já têm crescido em ritmo bem mais forte do que as exportações, alavancadas não só pela valorização do real frente ao dólar norte americano, mas também pelo próprio dinamismo do mercado interno: 30% no ano até outubro, na comparação com 10% das exportações. Segundo previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) os preços de mercadorias primárias, como o minério de ferro, tendem a cair com o cenário de desaceleração internacional, o que significaria no médio prazo uma reversão na balança comercial. Os resultados das transações correntes, a partir de outubro de 2007, mostram retorno do déficit, determinado, especialmente, pelo aumento da remessa de lucros e dividendos por parte de transnacionais que aqui operam para o exterior.

A solução para o câmbio passa pela redução dos juros básicos da economia, cuja trajetória de queda foi interrompida, depois de 18 cortes consecutivos, a partir da reunião de outubro do Comitê de Política Monetária (Copom), que manteve os juros em 11,25% nominal, cerca de 7,3% real, um dos mais elevados do mundo. Diante do aquecimento da economia, com a indústria no limite de utilização da capacidade instalada e quadro internacional mais volátil, o Copom deve manter a posição conservadora. Ou seja, é provável que a taxa Selic se mantenha no atual patamar, pelo menos no primeiro semestre de 2008. O grande diferencial de juros internos em relação ao externo deve, portanto, continuar atraindo capitais especulativos, pressionando assim a taxa de câmbio. Como as turbulências financeiras seguem, apesar dos fortes aportes de liquidez por parte das instituições reguladoras mundo afora, o Copom deve postergar ao máximo qualquer movimento no sentido de reduzir os juros.

Ainda assim, a atual conjuntura traz um ambiente econômico positivo para a negociação coletiva, pois combina inflação baixa e crescimento econômico, confluência incomum na história do Brasil nas últimas décadas. Mas o reflexo da melhora dos indicadores econômicos

sobre a negociação não é um processo mecânico e linear, ao contrário, mostra-se contraditório e repleto de desafios.

Mudanças no contexto das negociações coletivas: sinais de nova estratégia patronal

Nos últimos anos, diante da conjuntura existente, o movimento sindical brasileiro centrou sua ação na luta pela reposição das perdas salariais. Frente aos patamares de inflação observados nos anos 80 e 90, as demais reivindicações se mostravam secundárias na agenda de negociação. A combinação de uma referência de ordem legal - o instituto da data-base - com o pano de fundo de uma economia de alta inflação deixou profundas raízes na prática sindical. Mais do que isso, moldou a própria maneira de se ver e pensar o sindicalismo e seu papel social, delimitando rigidamente o escopo de sua atuação.

A queda da inflação e a permanência de certa estabilidade dos preços relativos por um período de tempo relativamente longo foram suficientes para que o problema da recomposição das perdas perdesse força na agenda nacional das negociações coletivas. Os representantes de trabalhadores e patrões (e suas bases de sustentação), que a cada ano se encontravam em processos negociais para, principalmente, discutir a recuperação do poder de compra dos salários frente à inflação, viram-se diante do esvaziamento da agenda concreta de negociações. O que deve, efetivamente, ser negociado é uma pergunta ainda não respondida, ao menos completamente.

No que se refere especificamente às cláusulas econômicas, o desafio que se coloca é como aumentar a participação da remuneração do trabalho na renda nacional. Apesar de os acordos que vêm sendo firmados estabelecerem ganhos reais, em geral, os mesmos têm ficado aquém do crescimento médio *per capita* da economia. Ainda não se conseguiu, de forma abrangente, passar de uma posição defensiva do

poder de compra dos salários para uma posição ofensiva de aumento da participação dos trabalhadores no resultado do produto social.

O contexto econômico atual, e as perspectivas de curto e médio prazo, como já destacado, podem constituir um ambiente mais favorável à ação sindical. Além disso, ao contrário de outros momentos da história do mercado de trabalho assalariado no Brasil, é possível que haja a combinação virtuosa, no médio prazo, de condições econômicas e políticas propícias ao desenvolvimento da luta por melhorias na remuneração do trabalho. O período anterior de crescimento mais prolongado se deu sob a égide de uma ditadura militar. Agora, apesar das limitações de ordem institucional relativas à ação sindical, a combinação de gozo de maior liberdade e níveis de desemprego mais baixos pode permitir o estabelecimento de acordos mais interessantes para os trabalhadores. Esta Nota se propõe a especular sobre possíveis respostas que estejam sendo dadas por organizações empresariais a estas mudanças em curso.

Há alguma movimentação das empresas e organizações patronais frente às “novidades”. Mesas de negociação que não mais discutem exclusivamente reajustes salariais, aumento das vendas, demonstrações financeiras com resultados significativos e perspectiva de continuidade deste processo têm colocado aos chamados “RH” o desafio de um novo posicionamento. Ainda não é possível perceber, nitidamente, quais são as mudanças em curso e se há uma estratégia e tendências bem definidas. Contudo, há alguns indícios de movimentação na seara patronal que deveriam ser observados e analisados.

Há duas principais ordens de iniciativas que têm sido vistas aqui e ali. Em primeiro lugar, seja no setor público, seja no setor privado, mas principalmente no âmbito de empresas, há tentativas e casos concretos de ampliação dos prazos de vigência dos ACT, inclusive das cláusulas

econômicas[§]. Em segundo lugar, são negociados: reformulação/introdução de Plano de Cargos e Salários (PCS); pagamento de abonos e Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), principalmente em empresas que antes não pagavam; e melhoria/extensão a maior número de trabalhadores de outros benefícios, com a característica comum de serem iniciativas no âmbito das empresas. São fatos isolados ou constitutivos de possíveis tendências?

No caso do alongamento da vigência dos acordos, o mais comum tem sido a proposta de algumas grandes empresas do estabelecimento de ACT com dois anos de vigência. Trata-se de uma investida na esfera da relação das empresas com as entidades sindicais. Tal mudança pode abrir a possibilidade de uma agenda menos de curto prazo, menos economicista, caso as entidades sindicais tenham poder de barganha para tanto, o que não é a situação de muitas entidades. Pode, também, ser interessante frente à perspectiva de investidas patronais para a redução de conquistas. Mas do ponto de vista das empresas, o que as levaria a agirem desta forma? Qual seria seu possível interesse?

Algumas respostas, associadas entre si, podem ser apontadas como possíveis:

- Maior previsibilidade. Os contratos, como argumentam alguns, constroem uma ponte entre o presente e o futuro, dando previsibilidade ao negócio e reduzindo o risco do investimento. Os ACT mais duradouros teriam esta virtude.
- Contenção de pressões coletivas em momento de crescimento econômico. Se há uma perspectiva de melhora importante nas condições gerais da economia, as chances de uma correlação de forças

[§] A rigor, a novidade maior está nas cláusulas econômicas e na explicitação da validade por dois anos, dado que, em várias categorias, as demais cláusulas, ainda que passíveis de revisão a cada data-base, muitas vezes têm prazo de validade, de fato, maior há mais tempo.

mais favorável às entidades de representação dos trabalhadores no ano que vem (e nos próximos) são maiores. Mesmo nos setores/empresas com perspectivas mais modestas e/ou em que não se vislumbram grandes pressões sindicais, há ainda o risco de uma “contaminação” devido ao efeito demonstração dos setores mais dinâmicos. Disputas e enfrentamentos em outros setores podem se difundir. Melhor, então, firmar um acordo por dois anos.

- Enfraquecimento sindical. Vários sindicatos, no Brasil, “entram” na vida do trabalhador apenas no momento da campanha salarial^{**}. A sua ausência pode, neste caso, distanciar ainda mais os sindicatos de suas bases de trabalhadores. Neste caso, a razão seria de ordem mais estratégica, objetivando o enfraquecimento das entidades sindicais e a ampliação da influência dos gestores^{††}.

No caso de novos benefícios pensados em termos mais genéricos, são iniciativas que, em geral, não têm interface com as representações sindicais ou a mesma se dá de forma secundária. O que é característico destas iniciativas é a relação direta entre a empresa e seus empregados.

O exemplo do PCS é, talvez, o mais interessante. Empresas, até do setor privado, têm tomado esta iniciativa. Mas há, também, casos de introdução/incremento de programas de PLR e ampliação de outros

^{**} A expressão campanha salarial é proposital. A questão central não é a frequência das negociações em geral e sim a das cláusulas econômicas. Caso houvesse uma inversão em relação à situação atual, com as cláusulas econômicas tendo uma vigência superior a um ano e as demais cláusulas sendo negociadas anualmente, provavelmente os sindicatos também teriam dificuldade em mobilizar os trabalhadores, ao menos numa fase de transição.

^{††} Segundo José Ricardo Ramalho, no seminário “Desafios ao Movimento Sindical frente à nova conjuntura nacional”, é crescente a disputa entre duas concepções de coletivo. A concepção de classe, defendida pelos Sindicatos, e a concepção da gerência, de um “coletivo exigido pela empresa para que o processo produtivo tenha sucesso, seja bem desenvolvido”.

benefícios. Qual a razão? Também na forma de tentativa, pode-se supor que:

- Na relação com os trabalhadores, visa à contenção de insatisfações individuais e de grupos. Pode ser estratégico para empresas mais dinâmicas - em especial entre as comprometidas com contratos de vendas/exportação, voltadas para mercados onde há maior concorrência - constituir relações de trabalho mais duradouras, notadamente com os trabalhadores mais qualificados, neste momento de crescimento econômico, de melhora nos resultados empresariais e aumento de oportunidades de trabalho.
- Na relação com outras empresas (concorrentes), visa à manutenção e atração de trabalhadores qualificados. Há cada vez mais sinais de trabalhadores mudando de emprego, atraídos por ofertas mais vantajosas de outras empresas.

Há, também, elementos que continuam a ser utilizados nas mesas de negociação. Fundamentalmente, a linha de argumentação patronal permanece apoiada no discurso de crise e das práticas “modernas” de gestão de pessoal. Esse discurso, elaborado e reelaborado a partir da segunda metade dos anos 90, assentava-se em um ambiente de estagnação econômica, reestruturação produtiva e desemprego elevado e crescente. Parece que o uso do cachimbo entortou a boca. As condições objetivas atuais são diferentes, mas vê-se, ainda, a repetição da mesma linha de argumentação. Há empresas discutindo PCS, “deterceirizando”, heresias gerenciais até há pouco tempo, mas o discurso da “modernidade” continua - cada vez mais caricato.

Se os indícios de “mudanças” mencionados anteriormente passarem a integrar, de fato, uma nova estratégia patronal, o movimento sindical será chamado a dar respostas a novos desafios. Estas duas ordens de iniciativas combinadas - no nível meso (categoria), o espaçamento no tempo das negociações e, no nível micro, o incremento da relação direta

com os trabalhadores ou grupo de trabalhadores – podem ser uma ameaça potencial de redução do papel dos sindicatos como agentes na contratação da força de trabalho. Dessa forma, como devem se posicionar os sindicatos frente a estas possíveis estratégias patronais?

No que se refere à negociação coletiva da remuneração, por exemplo, a combinação de negociação de data-base menos frequente com PLR anual pode levar o sindicato a ter atuação limitada na negociação de cunho econômico que crescentemente é vista como a mais relevante pelos trabalhadores, em contexto de baixa inflação. Por outro lado, a depender do modo de inserção do sindicato nas negociações de PLR, poderiam ser construídos processos de aprofundamento do conhecimento acerca da realidade das diversas empresas da base e de maior aproximação com seus trabalhadores. Em tese, o esvaziamento da agenda pela recomposição das perdas pode abrir espaços para a discussão das questões relativas ao uso da força de trabalho e mesmo a negociação da PLR abriria esta oportunidade. É uma possibilidade. Mas não se pode desconsiderar o fato de que a negociação destes aspectos da relação de trabalho requer, entre outras coisas, nova institucionalidade. É necessário, por exemplo, que seja assegurada uma presença forte no local de trabalho além de poder de barganha considerável, no nível das empresas, o que está por ser construído, ao menos para a maioria das entidades sindicais brasileiras.

As empresas, certamente, elaboram estratégias para a remuneração de seu pessoal que levam em conta, por um lado, todos os itens de remuneração e o total gasto com a folha. Por outro lado, consideram também a relação com seus trabalhadores, com o sindicato, com seu mercado e com as empresas concorrentes aqui e fora do país. Para fazer frente a estas estratégias, as categorias poderiam construir estratégias de ação que incorporem o conjunto da remuneração (isto é, todos os itens da remuneração total, tais como salário propriamente, benefícios, abonos, adicionais, parcelas variáveis) e elevem o piso da categoria. Isto pode fornecer uma base para encarar os desafios da negociação

impostos por um processo de diversificação de itens constitutivos da remuneração total e de crescente individualização da remuneração. Um grande desafio é articular, em cada base sindical, as diversas negociações de PLR com as negociações salariais de data-base de uma mesma empresa. Da mesma forma, é preciso conciliar as negociações de PLR das empresas da base, sem descuidar dos impactos que estes acordos de podem trazer para o ritmo de trabalho e para a saúde dos trabalhadores. Outro desafio segue sendo garantir que as negociações de data-base sejam consolidadas com aumento dos níveis de remuneração, e ao mesmo tempo impeçam que ocorra a substituição de trabalhadores com remunerações majoradas por recém contratados, com salário inferior.

No nível micro, vê-se, a partir de matérias de jornais e relatos de dirigentes sindicais, que está ocorrendo falta de força de trabalho em setores/ ocupações específicas. Começa a haver exemplos de trabalhadores escolhendo empregos, numa espécie de leilão: quem assegura a melhor remuneração/conjunto de benefícios? Grupos de trabalhadores, em determinadas empresas, têm sido beneficiados com aumentos salariais, para garantir sua permanência. Pacotes de benefícios, anteriormente direcionados a pequenos contingentes de trabalhadores dentro de uma empresa (seu “núcleo duro”), passam a ser estendido a um número maior de empregados, à medida que estes vão se tornando relativamente escassos.

Em anos anteriores, as exigências crescentes de escolaridade e qualificação profissional tinham mais a ver com oferta abundante de trabalho que com as exigências do posto de trabalho. Agora, ao que parece, vive-se, mesmo que transitoriamente e em locais/setores/ocupações específicos, um paradoxo: falta de força de trabalho combinada a elevado desemprego. O desafio ao Movimento Sindical e aos coletivos de trabalhadores é como participar deste processo, evitando que o mesmo se dê de forma individualizada, numa relação direta entre a empresa e o empregado ou grupo de empregados.

A melhora do mercado de trabalho pode ser um fator positivo em processos negociais, mas seus benefícios podem ser apropriados de forma não linear e não generalizada, excluindo os sindicatos da contratação efetiva das condições de remuneração e trabalho.

Indo além da mera reposição de perdas, o ciclo econômico de crescimento da produção com elevação da ocupação e da produtividade, em contexto de baixa inflação, recoloca a questão de como fazer com que os salários incorporem os ganhos de produtividade, impedindo que a participação dos salários na renda tenha queda. O ambiente que parece se avizinhar deve combinar três elementos que constituem uma situação nova para a atuação sindical no Brasil: baixa inflação, maior grau de liberdade política e taxas de crescimento econômico mais elevadas e por prazo mais longo. A questão é: num cenário que combina desafios novos com outros, antigos e não superados, como converter esta situação, potencialmente favorável, em avanços concretos em prol dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras?

Ao que parece, enfrenta-se um possível paradoxo: o enfraquecimento da discussão das perdas salariais coloca a oportunidade de um enriquecimento da agenda das negociações, mas, no momento atual, tem se constituído num elemento de enfraquecimento da capacidade de mobilização dos sindicatos. E o patronato, por suas iniciativas recentes, parece estar apostando nesta via. Num cenário positivo para o movimento sindical, pode-se dizer que se trata de um problema de transição de uma agenda a outra. Se assim for, é preciso imaginação para agir no sentido de garantir a travessia de um período a outro.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Nota Técnica nº 59 de janeiro de 2007. Acesse www.dieese.org.br

3 - INDICADORES ECONÔMICOS

3.1 – Mercado de Trabalho

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, em dezembro, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 2.797 mil pessoas, 87 mil a menos do que no mês anterior (Tabela 1). A taxa de desemprego total diminuiu de 14,6%, em novembro, para 14,2%, em dezembro (Tabela 2), a menor desde a agregação dos resultados das regiões pesquisadas, em janeiro de 1998. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto reduziu-se de 10,2% para 9,7% e a de desemprego oculto passou de 4,5% para 4,4%.

TABELA 1

**Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividade Regiões Metropolitanas e no DF
Dezembro/06 – Dezembro/07**

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
	Dez/06	Nov/07	Dez/07	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
				Dez-07/ Nov-07	Dez-07/ Dez-06	Dez-07/ Nov-07	Dez-07/ Dez-06
População em Idade Ativa	31.533	32.096	32.158	62	625	0,2	2,0
População Economicamente Ativa	19.245	19.702	19.744	42	499	0,2	2,6
Ocupados	16.318	16.819	16.947	128	629	0,8	3,9
Desempregados	2.927	2.884	2.797	-87	-130	-3,0	-4,4
Em Desemprego Aberto	1.893	2.000	1.923	-77	30	-3,9	1,6
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	710	627	618	-9	-92	-1,4	-13,0
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	324	257	256	-1	-68	-0,4	-21,0

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

No mês em análise, o **nível de ocupação** cresceu 0,8%. O número de postos de trabalho gerados (128 mil) superou o de pessoas que entraram no mercado de trabalho (42 mil), reduzindo o contingente de desempregados em 87 mil pessoas. O total de ocupados nas seis regiões passou a ser estimado em 16.947 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 19.744 mil.

Embora com menor intensidade que no mês anterior, a taxa de desemprego total diminuiu em todas as regiões pesquisadas, com destaque para as reduções em Porto Alegre e São Paulo. As demais regiões apresentaram reduções inferiores à média metropolitana (Tabela 2).

TABELA 2

Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF

Em porcentagem

Regiões Metropolitanas	Dez/06	Nov/07	Dez/07	Variação	
				Dez-07/ Nov-07	Dez-07/ Dez-06
Total	15,2	14,6	14,2	-2,7	-6,6
Distrito Federal	17,7	16,6	16,5	-0,6	-6,8
Belo Horizonte	11,6	11,1	11,0	-0,9	-5,2
Porto Alegre	12,9	11,9	11,3	-5,0	-12,4
Recife	20,2	18,0	17,9	-0,6	-11,4
Salvador	22,3	20,5	20,3	-1,0	-9,0
São Paulo	14,2	14,2	13,5	-4,9	-4,9

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

O nível de ocupação cresceu em Porto Alegre (1,1%), São Paulo (1,1%), Recife (0,7%) e Salvador (0,5%), e manteve-se praticamente estável em Belo Horizonte (-0,2%) e no Distrito Federal (-0,1%).

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Segundo os principais setores de atividade, no mês em análise, o nível ocupacional cresceu nos **Serviços** (62 mil novos postos de trabalho, ou 0,7%), no **Comércio** (51 mil, ou 1,9%) e na **Construção Civil** (38 mil, ou 4,0%) e diminuiu na **Indústria** (26 mil, ou 1,0%) (Tabela 3).

TABELA 3
Estimativa de Ocupados por Setor de Atividade

Setores de Atividade	Variações								
	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)				Relativa (%)	
	Dez/06	Nov/07	Dez/07	Dez-07/ Nov-07	Dez-07/ Dez-06	Dez-07/ Nov-07	Dez-07/ Dez-06		
Total	16.318	16.819	16.947	128	629	0,8	3,9		
Indústria	2.646	2.699	2.673	-26	27	-1,0	1,0		
Comércio	2.672	2.688	2.739	51	67	1,9	2,5		
Serviços	8.712	8.983	9.045	62	333	0,7	3,8		
Construção Civil (1)	819	941	979	38	160	4,0	19,5		
Outros (2)	1.469	1.508	1.511 (2)	3	42	0,2	2,9		

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.
(1) Inclui obras de infra-estrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações.
(2) Incluem serviços domésticos e outros ramos de atividade.

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.
(2) Inclui obras de infra-estrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações.
(3) Incluem serviços domésticos e outros ramos de atividade.

Por **posição ocupacional**, a pequena variação positiva do assalariamento (37 mil) deveu-se aos acréscimos nos setores privado (25 mil) e público (13 mil). No primeiro, houve contratação apenas de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Cresceram os contingentes de autônomos (37 mil), dos classificados em outras posições ocupacionais (34 mil) e de empregados domésticos (20 mil) (Tabela 4).

Entre outubro e novembro de 2007, no conjunto das regiões pesquisadas, o **rendimento médio** real dos ocupados não variou, e o dos assalariados permaneceu relativamente estável (-0,2%). Em termos

monetários, seus valores corresponderam a R\$ 1.075 e R\$ 1.149, respectivamente.

O comportamento do rendimento médio real dos ocupados foi diferenciado entre as regiões: aumentou em Salvador (3,1%, passando a valer R\$ 842) e Belo Horizonte (1,3%, R\$ 1.001); apresentou pequenas variações positivas no Distrito Federal (0,4%, R\$ 1.580) e Porto Alegre (0,4%, R\$ 1.042); e diminuiu em Recife (1,9%, R\$ 629) e São Paulo (0,6%, R\$ 1.144).

TABELA 4
Estimativas de Ocupados por posição na ocupação

Posição na Ocupação	Variações								
	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)				Relativa (%)	
	Dez/06	Nov/07	Dez/07	Dez-07/ Nov-07	Dez-07/ Dez-06	Dez-07/ Nov-07	Dez-07/ Dez-06		
Total	16.318	16.819	16.947	128	629	0,8	3,9		
Total de Assalariados	10.656	11.055	11.092	37	436	0,3	4,1		
Setor Privado	8.817	9.247	9.272	25	455	0,3	5,2		
Com Carteira Assinada	6.871	7.340	7.340	0	469	0,0	6,8		
Sem Carteira Assinada	1.946	1.907	1.932	25	-14	1,3	-0,7		
Setor Público	1.839	1.806	1.819	13	-20	0,7	-1,1		
Autônomos	3.080	3.183	3.220	37	140	1,2	4,5		
Empregados Domésticos	1.323	1.357	1.377	20	54	1,5	4,1		
Outros (1)	1.259	1.224	1.258	34	-1	2,8	-0,1		

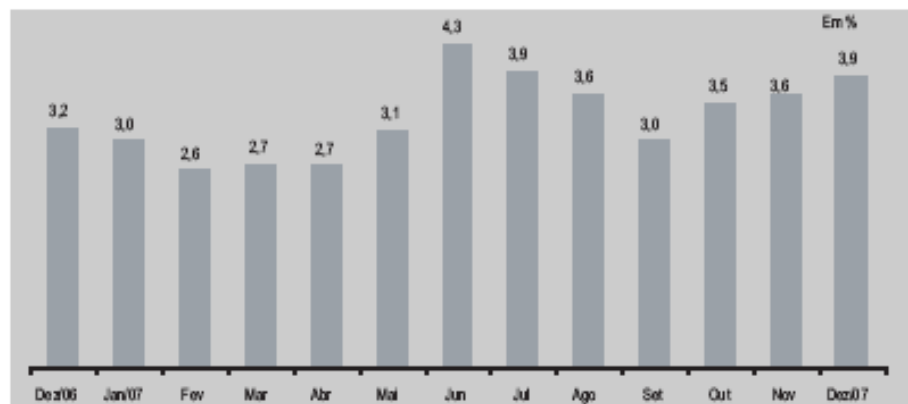
Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT e convênios regionais.
(1) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.
(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Nos últimos 12 meses, o **nível de ocupação** no conjunto das regiões pesquisadas aumentou 3,9%, intensidade superior à verificada na mesma base de comparação do ano anterior (3,2%) (Gráfico 2). Nesse período foram geradas 629 mil ocupações, número superior ao de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (499 mil), o que reduziu o contingente de desempregados em 130 mil pessoas. A **taxa de participação** elevou-se de 61,0% para 61,4%, nesse período.

O desempenho do nível de ocupação foi favorável em todas as regiões pesquisadas, embora com intensidades diferenciadas: 6,4% em Salvador; 6,2% em Recife; 6,0% no Distrito Federal; 3,9% em Porto Alegre; 3,2% em Belo Horizonte; e 3,0% em São Paulo.

GRÁFICO 1
Variação Anual ⁽¹⁾ da Ocupação Regiões Metropolitanas ⁽²⁾ 2006-2007



Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

No período de 12 meses, o número de postos de trabalho cresceu em todos os setores analisados: aumento de 333 mil nos **Serviços** (3,8%), 160 mil na **Construção Civil** (19,5%), 67 mil no **Comércio** (2,5%), 42 mil no agregado **Outros** setores (2,9%) e 27 mil na **Indústria** (1,0%).

Por **posição na ocupação**, aumentou o assalariamento no setor privado (455 mil pessoas), exclusivamente pela contratação de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (469 mil), uma vez que diminuiu o número de assalariados sem carteira (14 mil). No setor público foram eliminados 20 mil postos de trabalho. Ampliaram-se os contingentes de trabalhadores autônomos (140 mil) e de empregados domésticos (54 mil).

Nos últimos 12 meses, a **taxa de desemprego** total no conjunto das regiões onde a PED é realizada diminuiu de 15,2% para 14,2%. Segundo suas componentes, tal movimento refletiu a redução da taxa de desemprego oculto (de 5,4% para 4,4%) e, em menor medida, do desemprego aberto (de 9,8% para 9,7%).

A taxa de desemprego total decresceu em todas as regiões pesquisadas. As maiores reduções ocorreram em Porto Alegre, Recife e Salvador (Tabela 2).

Entre novembro de 2006 e de 2007, o **rendimento médio** real dos ocupados no conjunto das regiões metropolitanas cresceu 1,0%, devido aos aumentos verificados no Distrito Federal (8,5%), Salvador (6,3%) e Belo Horizonte (2,0%), da relativa estabilidade em São Paulo (0,2%) e Porto Alegre (0,1%) e da redução ocorrida em Recife (5,8%).

Quanto ao **mercado de trabalho formal**^{‡‡} brasileiro, em 2007, foram gerados **1.617.392** postos de trabalho celetistas, resultando no crescimento do emprego na ordem de **5,85%**, que converge com a estimativa do aumento do PIB, em torno de 5,2%.

Em 2007, todos os setores e subsetores de atividade econômica apresentaram elevação no emprego. Em termos absolutos, o setor de **Serviços** lidera a geração de empregos, com o aumento de 587.103 postos (+ 5,29%), seguidos do **Comércio**, que foi responsável pela abertura de 405.091 novas vagas (+6,56%) e da **Indústria de Transformação**, que elevou o número de assalariados com carteira de trabalho assinada em 394.584 (+ 6,09%). Em números absolutos, cumpre ressaltar, os desempenhos recordes dos **Serviços** e do **Comércio** e do segundo melhor resultado da **Indústria de Transformação** (o melhor ocorreu em 2004, quando gerou 504.610 postos). Em termos relativos, o destaque coube ao setor da **Construção Civil**, com o

^{‡‡} O Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e registra mensalmente todas as contratações e demissões regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ficam de fora da estatística os servidores públicos e empregados domésticos.

crescimento de 13,08%, significativamente superior ao registrado para a totalidade dos setores (+5,85%), originado do aumento de 176.755 postos. Em termos absolutos e relativos, tal resultado foi o melhor obtido para o período da série histórica.

Na **Indústria de Transformação**, os segmentos industriais que mais se sobressaíram, em termos de geração de empregos, foram a Indústria de **Produtos Alimentícios** (+ 94.657 postos), a Indústria **Metalúrgica** (+58.113 postos), a Indústria de **Material de Transportes** (+49.631 postos) e a Indústria **Mecânica** (+ 47.995 postos). Nestes dois últimos ramos, as taxas de crescimento de 12,02% e 12,15% respectivamente, superaram significativamente a verificada para o total do setor (+ 6,09%). Ressalte-se, também, que a Indústria de **Calçados** apresentou uma expressiva recuperação comparativamente ao saldo de 2006 (+ 9.177 postos em 2007, ante -401 postos em 2006).

TABELA 5

Evolução do emprego formal por Setores e Subsetores Selecionados Brasil 2006 – 2007

SETORES E SUBSETORES	SALDO DE EMPREGOS JAN/DEZ 2006	SALDO DE EMPREGOS JAN/DEZ 2007	VARIAÇÃO 2007/2006 (%)
MADE MOBILIÁRIO	1.884	5.705	202,81
PAP. PAPELÃO. EDIT	10.883	11.805	8,47
BOR. FUM. COUROS	8.170	8.287	1,43
QUIM. PR. FARM. VET	26.139	30.491	16,66
TÊXTIL, VESTUÁRIO	28.165	44.555	58,19
CALÇADOS	-401	9.177	2388,53
PROD. ALIMENT. BEB	97.012	94.657	-2,43
SERV. IND. UT. PUB	7.369	7.752	5,20
CONSTRUÇÃO CIVIL	85.796	176.755	106,02
TOTAL INDÚSTRIA	357.466	588.853	64,73

Fonte: CAGED/MTE

SETORES E SUBSETORES	SALDO DE EMPREGOS JAN/DEZ 2006	SALDO DE EMPREGOS JAN/DEZ 2007	VARIAÇÃO 2007/2006 (%)
IND. EXTRAT. MINERAL	12052	9762	-19,00
IND. TRANSFORMAÇÃO	250.239	394.584	57,68
PROD. MIN. MET	10.283	13.584	32,10
METALÚRGICA	30.994	58.113	87,50
MECÂNICA	20.573	47.995	133,29
MATELET. COMUM	5.632	20.584	265,48
MAT. TRANSPORTE	10.905	49.631	355,12

Fonte: CAGED/MTE

Em termos geográficos, houve expansão do emprego em todas as grandes regiões em 2007: Sudeste (+949.797 postos ou +6,21%), Sul (+300.315 postos ou +5,82%), Nordeste (+204.310 postos ou + 4,92%), Centro-Oeste (+93.995 postos ou + 4,84%) e Norte (+68.975 postos ou + 6,15%). Entre os estados, em números absolutos, os melhores desempenhos foram registrados em São Paulo (611.539 empregos ou + 6,77%), Minas Gerais (+168.398 empregos ou + 5,63%), Rio de Janeiro (+144.786 empregos ou +5,34%), Paraná (+122.361 empregos ou + 6,58%), Rio Grande do Sul (+94.324 empregos ou + 4,89%) e Santa Catarina (+ 83.630 empregos ou + 6,11%). Cumpre destacar que São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram desempenho recorde, tanto em termos absolutos quanto relativos. Em termos percentuais, Tocantins, com o aumento de +8,14% no nível de emprego, registrou a maior taxa de crescimento dentre as Unidades da Federação e o melhor resultado para o período, em termos absolutos e relativos. Em sentido oposto, os estados de Alagoas (-505 postos ou -0,19%), devido ao desempenho desfavorável de atividades ligadas à Indústria de Produtos Alimentícios complexo sucroalcooleiro (-4.289 postos) e do Acre (-96 postos ou -0,21%), devido ao balanço negativo das atividades ligadas à Administração Pública(-320 postos) e à Construção Civil (-308 postos), reduziram o nível de emprego.

Os dados relativos ao **mês de dezembro de 2007** mostram uma queda do emprego de 1,08% em relação ao mês anterior, resultante do declínio de 319.414 postos de trabalho. Essa redução do estoque de assalariados no mês de dezembro é usual, em função da presença de fatores sazonais negativos (entressafra agrícola, término do ciclo escolar, esgotamento da bolha de consumo no final do ano, fatores climáticos) e perpassa quase todos os setores de atividades econômicas e Unidades da Federação. Os três setores que registraram elevação no estoque de emprego celetista em dezembro de 2007 foram: o Comércio (+30.129 postos ou +0,46%) e a **Extrativa Mineral** (+128 postos ou + 0,07%), cujos dados representam o melhor desempenho para o mês e os **Serviços Industriais de Utilidade Pública** (+252 postos ou +0,08%). Quanto às Unidades da Federação, as exceções ficaram por conta do Rio de Janeiro (+4.698 ou + 0,16%), seguido do Distrito Federal (+24 postos ou 0,0%), cujo comportamento pode ser interpretado como estável.

3.2 – Taxas de Inflação

O custo de vida no município de São Paulo ou ICV é calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares. Em dezembro, apresentou taxa de 1,09%, 0,81 ponto percentual (pp) superior à de novembro (0,28%). O aumento ocorrido nos produtos do grupo Alimentação (2,68%), Transportes (1,27%) e Despesas pessoais (2,40%) foram os responsáveis pelo pico inflacionário em 2007, juntos, contribuíram 1,01 pp no cálculo do ICV. (Tabela 1).

TABELA 1
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Variação por grupo
Município de São Paulo – Dez/07 e Jan/08

GRUPOS	VARIAÇÃO (em %)
Dezembro de 2007	
ICV-TOTAL GERAL	1,09
Alimentação	2,68
Transporte	1,27
Despesas pessoais	2,40
Janeiro de 2008	
ICV-TOTAL GERAL	0,88
Alimentação	1,90
Educação e leitura	3,42

Fonte: DIEESE

Elaboração SS DIEESE CNTI

Em janeiro de 2008, o ICV-DIEESE apresentou taxa de 0,88%, 0,21 ponto percentual (pp) abaixo da taxa de dezembro de 2007 (1,09%). Foram apurados como fatores de pressão para a taxa do mês os aumentos ocorridos em Alimentação (1,90%), que contribuiu com 0,52 pp para a taxa do mês e Educação e Leitura (3,42%), cujo o impacto foi de 0,26 pp. Juntos os dois grupos responderam por 0,78 pp. Por outro lado, Saúde (-0,32%) e Vestuário (-0,55%) contribuíram respectivamente com -0,05 pp e -0,02 pp para reduzir a taxa de inflação do mês

Nos últimos 12 meses – entre fevereiro de 2007 e janeiro de 2008 – o ICV-DIEESE acumula alta de 4,73 %. Os aumentos nesse período deram-se de maneira bastante heterogênea entre os grupos que compõem o ICV-DIEESE. As maiores altas foram observadas na

Alimentação (13,26%), Despesas Pessoais (6,44%) e Educação e leitura (4,70%). Já as menores variações foram detectadas nos seguintes grupos: Vestuário (-2,25%), Equipamento Doméstico (-2,10%), Transporte (0,13%) e Habitação (1,85%).

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda^{§§} para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE encontram-se na Tabela 2.

TABELA 2
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxa geral e por estrato de renda
Município de São Paulo

Índices	dez/07 (%)	jan/08 (%)	Diferença (pp)
Geral	1,09	0,88	-0,21
Estrato 1	1,34	0,98	-0,36
Estrato 2	1,24	0,86	-0,38
Estrato 3	0,96	0,87	-0,09

Fonte: DIEESE

Elaboração SS DIEESE CNTI

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas

^{§§} O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

A variação da taxa em dezembro foi de 0,74%, quase o dobro da taxa de 0,38% referente a novembro. No acumulado no ano de 2007, o IPCA ficou em 4,46%. O principal responsável pela alta do IPCA, na passagem de novembro para dezembro, foi o grupo **Alimentação e Bebidas**, que variou 2,06%. A maior contribuição individual para o índice (0,16 ponto percentual) foi dada pelo item carnes, que aumentou 8,20%. Vale ressaltar a alta no preço do feijão, que no mês em questão registrou aumento médio de 32%, contribuindo 0,13 ponto percentual na formação do índice.

A **gasolina** também pressionou o índice, com variação de 1,03%, acima dos 0,64% de novembro. A alta do **álcool** em dezembro foi de 9,35%. Os **ônibus intermunicipais** também exerceram pressão. O resultado de 1,30% foi decorrente do reajuste de 5,00% tanto nas tarifas do Rio de Janeiro (4,18%) quanto nas tarifas de Belo Horizonte (1,34%). Além dos artigos de **vestuário**, cujo aumento foi de 0,72% com destaque para **roupas infantis** 0,97%, outros itens influenciaram o IPCA de dezembro: **empregado doméstico** 0,92%, **condomínio** 1,12%, **automóvel novo** 0,78% e **plano de saúde** 0,52%. Dentre os índices regionais de dezembro, o maior foi registrado em **Belém** (1,40%), onde os alimentos tiveram alta de 3,79%, além dos **combustíveis**, que subiram 4,33%. O menor resultado foi o de **Curitiba** (0,49%).

Em janeiro, o IPCA registrou taxa de 0,54% e ficou abaixo da taxa de 0,74% referente ao mês de dezembro. Considerando os últimos 12 meses, o índice acumula alta de 4,56%. Mais uma vez os **alimentos** pressionaram o resultado do mês, com alta de 1,52% e contribuição de 0,33 ponto percentual, representando mais da metade do IPCA, porém, este resultado foi bem menor do que o do mês anterior, quando os aumentos atingiram 2,06%. Entre dezembro e janeiro alguns produtos alimentícios importantes no consumo das famílias registraram taxas de

crescimento menos intensas, como a **carne** que passou de 8,20% para 0,29%. O **feijão** 14,02% , também pressionou menos do que em dezembro quando registrou alta de 32,00%.

Em alta, o destaque em janeiro foram as tarifas de **ônibus urbanos**, cuja variação de 1,19% se deve às tarifas do Rio de Janeiro 2,94%, Belo Horizonte 4,50% e Recife 4,03%.

Os **combustíveis** registraram queda de (-0,33%). O **álcool** registrou variação de (-1,12%). Em função da queda do álcool, o preço da **gasolina** registrou variação negativa de 0,38%.

O resultado do IPCA de janeiro foi influenciado, ainda pelos aumentos nos itens **empregado doméstico** (0,88%), **aluguel residencial** (0,64%), **condomínio** (0,40%) e **plano de saúde** (0,52%).

Quanto aos índices regionais, os maiores resultados foram registrados em **Belém** e **Belo Horizonte**, ambas com 0,87%. Em Belém, o item alimentação foi o mais pressionou o índice da região, com variação de 2,16. Em Belo Horizonte o item de maior pressão ocorreu nos ônibus urbanos com alta de 4,50%. **Porto Alegre** foi a região que apresentou a menor taxa no mês, 0,12%.

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O resultado de dezembro (0,97%) também foi superior ao de novembro (0,43%). Com o índice de dezembro, o acumulado de 2007 ficou em 5,16%. Os **produtos alimentícios** apresentaram variação de 2,61%, enquanto os **não-alimentícios** aumentaram 0,32%. O maior índice regional foi registrado em **Belém** (1,54%) e o menor em **Porto Alegre** (0,46%).

Em janeiro o INPC-IBGE, registrou variação de 0,69%, resultado inferior ao divulgado no mês anterior (0,97%). O acumulado nos doze meses ficou em 5,36%. Os **produtos alimentícios** apresentaram variação de 1,67%, enquanto os **não-alimentícios** aumentaram 0,32%. O maior índice regional foi registrado em **Belo Horizonte** (1,08%) e o menor em **Porto Alegre** (0,10%).

TABELA 3
Taxas de Inflação
Brasil – 2004 – 2008

Período	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,6
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
2007	4,80	5,16	4,46
jan/08	0,88	0,69	0,54
DATA BASE 1° DE DEZEMBRO DE 2007			
	4,34	4,79	4,19
DATA BASE 1° DE JANEIRO DE 2008			
	4,80	5,16	4,46

Fonte: DIEESE e IBGE

3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

O custo dos gêneros alimentícios de primeira necessidade teve alta em 15 das 16 capitais. Somente em Aracaju houve queda (-1,45%). Dentre as localidades onde houve alta, os destaques são: Salvador (9,01%), Brasília (8,26%), Recife (8,39%), São Paulo (6,74%) e Rio de Janeiro (6,05%).

O maior custo para o conjunto de produtos alimentícios básicos foi apurado em São Paulo (R\$ 229,09), vindo a seguir Belo Horizonte (R\$ 216,78). Os menores valores foram verificados em Fortaleza (R\$ 164,69), Recife (R\$ 166,90) e Aracaju (R\$ 168,67).

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em janeiro de 2008, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido*** necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

*** Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais
Brasil – Janeiro de 2008

Capital	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido*	Tempo de Trabalho	Variação Anual (%)
Salvador	9,01	173,01	49,49	100h 10min	26,06
Brasília	8,26	209,20	59,84	121h 07min	20,62
Recife	7,39	166,90	47,74	96h 38min	21,72
São Paulo	6,74	229,09	65,53	132h 38min	24,02
Rio de Janeiro	6,05	206,22	58,99	119h 23min	16,79
Belo Horizonte	5,85	216,78	62,01	125h 30min	23,00
Curitiba	5,63	197,77	56,57	114h 30min	16,14
Vitória	4,76	198,54	56,79	114h 57min	17,49
Fortaleza	4,00	164,69	47,11	95h 21min	28,48
Goiânia	3,06	195,13	55,82	112h 58min	26,31
João Pessoa	3,04	159,80	45,71	92h 31min	14,80
Florianópolis	2,92	196,40	56,18	113h 42min	14,19
Natal	2,47	172,05	49,21	99h 36min	24,94
Belém	1,47	192,81	55,15	111h 38min	20,89
Porto Alegre	0,63	214,27	61,29	124h 03min	14,98
Aracaju	-1,45	168,67	48,25	97h 39min	18,17

Fonte: DIEESE

Em doze meses, ou seja, de fevereiro de 2007 a janeiro último, a elevação verificada no preço da cesta básica foi superior a 20,0% em nove capitais. As maiores altas foram em Fortaleza (28,48%), Goiânia (26,31%) e Salvador (26,06%). Florianópolis (14,19%), João Pessoa (14,80%) e Porto Alegre (14,98%) registraram as menores variações acumuladas no período.

O salário mínimo necessário é estimado com base no valor apurado para a cesta mais cara entre as capitais, São Paulo –. Em janeiro, este piso deveria corresponder a **R\$ 1.924,59**, 5,06 vezes o valor do salário mínimo, e cerca de R\$ 121,48 a mais que o valor apurado para dezembro, quando chegou a R\$ 1.803,11 (4,74 vezes o mínimo em vigor de R\$ 380,00).

O predomínio da ocorrência de aumentos no custo da cesta básica, em janeiro, elevou o tempo de trabalho necessário para a aquisição dos gêneros essenciais, na média das 16 capitais pesquisadas, para 110 horas e 46 minutos, 4 horas e 37 minutos a mais que em dezembro, quando o comprometimento correspondia a 106 horas e 09 minutos. Em janeiro de 2007, a jornada necessária ficava em 99 horas e 58 minutos.

Quando se considera o percentual do salário mínimo líquido comprometido com a aquisição – após o desconto da parcela referente à Previdência Social – verifica-se que, em janeiro, 54,73% do total recebido eram empregados na compra dos mesmos itens que no mês anterior exigiam 52,25%. Em janeiro do ano passado eram necessários 49,21%.

4 – DESEMPENHO SETORIAL

4.1 – Indústria Geral

Resultados de dezembro de 2007

Em dezembro de 2007, a produção industrial, calculada pelo IBGE, recuou 0,6% frente a novembro. A redução observada entre novembro e dezembro atingiu 16 dos 27 ramos pesquisados. Entre as atividades, o principal impacto negativo veio de veículos automotores (-6,2%), que após crescer 8,7% em outubro, assinalou o segundo recuo consecutivo, acumulando uma perda de 11,0% nestes dois meses. Outras contribuições negativas relevantes vieram de edição e impressão (-8,9%) e de máquinas para escritório e equipamentos de informática (-11,1%). Entre os que expandiram a produção, os destaques foram indústrias extrativas (6,5%), que acumulou em três meses crescimento de 7,7%, material eletrônico e equipamentos de comunicações (3,5%), alimentos (1,0%) e refino de petróleo e produção de álcool (1,5%).

O desempenho da Indústria em 2007

Em 2007, o crescimento acumulado da indústria foi de 6,0%, melhor resultado desde os 8,3% registrados em 2004, superando e muito os resultados observados em 2006 (2,8%) e 2005 (3,1%). O desempenho industrial de 2007 foi apoiado principalmente no aquecimento da demanda interna, por conta da manutenção da expansão do crédito, do aumento da ocupação e da renda, e da ampliação dos investimentos.

O aumento no nível de produção em 2007 foi abrangente, atingindo 21 dos 27 ramos pesquisados. No corte por ramos industriais, a maior contribuição na média global veio de veículos automotores (15,2%) e máquinas e equipamentos (17,7%). Também tiveram destaque os resultados positivos de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

(14,0%); outros produtos químicos (5,7%); metalurgia básica (6,8%); indústria extrativa (5,8%) e alimentos (2,5%). Esse grupo de indústrias tem uma dinâmica bastante articulada ao bom desempenho das áreas de bens de capital e de bens de consumo duráveis, líderes da expansão recente, além de se beneficiar do dinamismo das exportações de commodities, como é o caso da indústria extrativa (minérios de ferro) e da alimentícia (açúcar). Por outro lado, vieram do fumo (-8,1%), madeira (-3,2%) e material eletrônico e equipamentos de comunicações (-1,1%) as principais pressões negativas.

O segmento de bens de consumo duráveis também apresentou expansão acima da média nacional, avançando 9,2%, apoiado principalmente no dinamismo do setor automobilístico 12,6%, uma vez que foram mais discretos os resultados positivos de celulares 2,0% e de eletrodomésticos 5,3%. O desempenho favorável deste segmento foi consequência da manutenção das condições de crédito, da maior estabilidade no mercado de trabalho e do aumento da massa salarial.

Os resultados regionais da produção industrial confirmam o quadro positivo alcançado ao longo de 2007. No fechamento do ano, acompanhando a expansão verificada na indústria nacional 6,08%, os 14 locais pesquisados apontam acréscimo na produção, com 05 assinalando marcas acima da média nacional. Entre esses, o destaque, em termos de magnitude de crescimento, é Minas Gerais 8,68%, sustentado, sobretudo, pelo dinamismo da indústria automobilística e da boa performance do setor extrativo, apoiado nas vendas externas de minério de ferro, seguido por Espírito Santo e Rio Grande do Sul, ambos com crescimento de 7,58%, Paraná (6,78%) e São Paulo (6,28%). Nestes locais, confirma-se o padrão de crescimento observado para o total da indústria brasileira ao longo de 2007, uma vez que na estrutura industrial desses estados há forte presença de segmentos produtores de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis e eletrodomésticos, e de bens de capital, além de setores tipicamente exportadores, principalmente as commodities (minérios de ferro,

petróleo, carnes de aves e açúcar). Na base dessa expansão se encontram os seguintes fatores: a demanda interna em crescimento (tanto pela manutenção das condições de crédito quanto pelo aumento da ocupação e da renda), a sustentação do quadro positivo para os investimentos, a manutenção dos resultados positivos em setores tipicamente exportadores e a recuperação do setor agrícola.